

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS VII – CODÓ / MA
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS /
HISTÓRIA

Antonia Tavares Gama de Castro Neta

A MULHER EM CODÓ A PARTIR DOS LIVROS DE CASAMENTO E
BATISMO DA IGREJA MATRIZ DE SANTA RITA E SANTA FILOMENA

Orientadora: Profa. Dra. Liliâne Faria Corrêa Pinto

Codó / MA

2018

ANTONIA TAVARES GAMA DE CASTRO NETA

**A MULHER EM CODÓ A PARTIR DOS LIVROS DE CASAMENTO E
BATISMO DA IGREJA MATRIZ DE SANTA RITA E SANTA FILOMENA**

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado à Universidade Federal do
Maranhão – UFMA, Campus VII – Codó,
como parte dos requisitos parciais para
obtenção do título de licenciada em
Ciências Humanas – História.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Faria
Corrêa Pinto

Codó / MA

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Castro Neta, Antonia Tavares Gama de.

A Mulher em Codó a partir dos livros de casamento e batismo da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena / Antonia Tavares Gama de Castro Neta. - 2018.

45 f.

Orientador(a): Liliâne Faria Corrêa Pinto.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2018.

1. Batismo. 2. Matrimônio. 3. Mulher. I. Pinto, Liliâne Faria Corrêa. II. Título.

ANTONIA TAVARES GAMA DE CASTRO NETA

**A MULHER EM CODÓ A PARTIR DOS LIVROS DE CASAMENTO E
BATISMO DA IGREJA MATRIZ DE SANTA RITA E SANTA FILOMENA**

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado à Universidade Federal do
Maranhão – UFMA, Campus VII – Codó,
como parte dos requisitos parciais para
obtenção do título de licenciada em
Ciências Humanas – História.

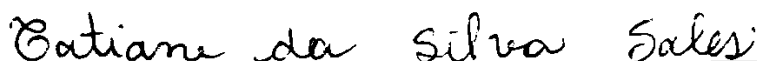
Orientadora: Profa. Dra. Liliane Faria
Corrêa Pinto

Aprovada ____ / ____ / ____

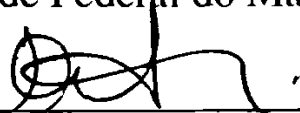
BANCA EXAMINADORA



Orientadora-Professora Doutora Liliane Faria Corrêa Pinto
Universidade Federal do Maranhão - UFMA



Professora Doutora Tatiane da Silva Sales
Universidade Federal do Maranhão – UFMA



Professor Doutor Dilmar Kistemacher
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Codó/MA

2018

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha mãe, minha bisavó e minha irmã.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Areusa Castro e Jocelino Castro, pois sem o apoio, esforço e ensinamentos deles nada disso seria possível.

Agradeço à orientadora e amiga, Liliane Corrêa, que muito me ajudou e acalmou em momento de angústia e incerteza. Obrigada!

Agradeço ao padre Lucas da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena de Codó e a Sônia, secretária da Casa Paroquial por disponibilizarem o acervo dos registros de casamento e batismo, assim como a equipe que participou do processo de coleta de dados: Jeniffer, David, Ana Carolina, Tamires, Fernanda Coutinho, Thalyta e em especial a Fernanda Coutinho.

Grata pela ajuda e conselhos de alguns que saíram do cenário de professores e passaram a ser amigos, Dilmar Kistemacher e Francielle dos Santos. Obrigada por todas as vezes que contribuíram para minha formação pessoal e acadêmica.

Obrigada aos professores e professoras que fizeram parte da minha vida acadêmica, em especial, a professora Doutora Tatiane da Silva Sales, que em suas aulas aguçou meu interesse nos estudos sobre a mulher.

Agradeço a todos e todas que, de forma direta ou indireta, ajudaram na construção desse trabalho.

Agradeço também aos meus colegas, Natanael Faustino, Nathalia Mouzinho, Hamilton de Sousa Neto e Gladson Diniz.

“Os aseguro que alguien se acordará de nosotras en el futuro”

Safo de Lesbos

RESUMO

Este trabalho analisa os registros da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena: o livro de casamento entre os anos de 1869 a 1873, o livro de batismo de livres filhos de cativas, entre os anos de 1871 a 1876. Através das informações coletadas, foram identificadas as mulheres que mais aparecem nos registros afim de compreender quem era a mulher codoense nos anos analisados e o espaço social ocupado por elas. Em meio às indagações sobre o sujeito feminino, as relações registradas pela igreja indicam os laços sociais de Codó, pois o casamento ocorria mais entre famílias abastadas na intenção de manter seus bens, assim como o batismo dos filhos de cativas era importante para seus os proprietários. A escravidão faz parte do cenário codoense do período e a mulher negra aparece submissa ao cativo. Há uma limitação da presença feminina negra nos laços sacramentais, rara no casamento e unânime no batismo. Os dados salientam que a mulher educada e inserida no matrimônio oficializado era a livre e com posses. Com a ausência de fontes que pudessem indicar mais sobre as mulheres codoenses, os registros de batismos e casamentos consolidam as únicas informações possíveis para a realização desta pesquisa. Foram utilizados alguns trabalhos sobre a mulher como objeto de estudo afim de entender a figura feminina para a sociedade em diferentes momentos históricos, dessa maneira também compreender o papel social demarcado para as mulheres e quais eram suas formas de resistências.

Palavras-chave: Mulher, batismo, matrimônio.

ABSTRACT

This monograph analyzes the register of the Mother Church of Santa Rita and Santa Filomena: the wedding registry book between the years 1869 to 1873, the baptismal record book of free children of slaves, between the years of 1871 to 1876. Through the information collected, the women who most appear in the records were identified in order to understand who the Codó woman was in the analyzed years and the social space occupied by them. In the midst of inquiries about the female subject, the relations recorded by the church indicate the social ties of Codó, since marriage occurred more between wealthy families in the intention to maintain their property, just as the baptism of the children of captives was important for their owners. Slavery is part of the Codo's scenario of the period and the black woman appears submissive to the captivity. There is a limitation of the black female presence in sacramental bonds, rare in marriages and unanimous in the baptisms. The data emphasize that the woman educated and inserted in the marriage officialized was the free and with possessions. With the absence of sources that could indicate more about the women in Codó, the baptisms and the marriages registers are the only information possible for development this research. Some papers and books about women history were used to understand how the female figure in society was in different historical moments, in this way to understand the social role established to the women and their forms of resistances.

key-words: woman; baptism; wedding

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1	Registros de casamento (1869-1873) e batismo (1871-1876)	36
Tabela 1	Casamentos da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena entre 1869 e 1873	37
Gráfico 2	Porcentagem dos pais de nubentes	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A MULHER NA HISTORIOGRAFIA	17
2. AS MULHERES, SEUS DESEJOS E SUAS AÇÕES: resistências.	25
3. MULHERES: FONTES DEMOGRÁFICAS	31
3.1. A mulher codoense entre 1869 e 1876	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
ANEXO	49

INTRODUÇÃO

Este trabalho utiliza as fontes primárias dos registros de casamento e batismo do século XIX para levantar questões acerca da mulher codoense e com o interesse de estudar a representatividade feminina na sociedade de Codó. Ao coletar as informações dos registros com o auxílio de fichas para os registros de batismo e casamento (Anexo 1), foi feita uma análise quantitativa e qualitativa para responder algumas perguntas: quem era a mulher codoense, quais papéis sociais desempenhava e qual o perfil feminino que mais aparecia.

A mulher codoense será caracterizada a partir de algumas leituras historiográficas sobre a construção do feminino na história. As informações coletadas não deixam muito espaço para entender o contexto social do período (1869 a 1876), por essa razão, foi necessário o uso de obras que analisaram a figura feminina. Nesse sentido, a mulher codoense será tratada no terceiro capítulo dessa monografia, pois a sua definição conceitual e contextual será construída nos dois primeiros capítulos, a partir da pesquisa bibliográfica de caráter historiográfico, feminista e da história das mulheres.

A mulher dentro da história tradicional ocupava um espaço limitado, suas aparições eram somente para exaltar discursos moralistas sobre seu comportamento e seu local de ocupação dentro da sociedade: mãe e esposa. A pequena parcela feminina narrada era composta por rainhas, princesas, mulheres que faziam parte de acontecimentos relevantes para a história factual nos moldes da Escola Metódica¹. Com a despreocupação de narrar o cotidiano e os pequenos acontecimentos, a história deixou lacunas pela ausência dos negros, das mulheres e dos homossexuais – indivíduos historicamente excluídos.

Com a necessidade de pesquisar sobre sujeitos pouco mencionados na história factual e com o ingresso desses grupos dentro das Universidades, surge o momento de questionar onde estão os eventos do cotidiano e as ações desses indivíduos. Com uma história crítica, os discursos moralistas são questionados e, dessa maneira, a mulher passa a ser um objeto de estudo, emergindo, então, como sujeito histórico. Assim como os questionamentos sobre a inferiorização das mulheres são feitos pelas feministas, os estudos sobre elas surgem quando essas mulheres passam a fazer suas indagações no campo acadêmico. Sobre essas pesquisas e o porquê de sua relevância para a construção desses estudos, Margareth Rago, aponta:

¹ Escola metódica é uma corrente historiográfica que propõe uma história ciência, narrativa e fundamentada por fontes primárias oficiais. Desenvolve-se no início do século XIX.

Como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante. (RAGO, 1995, p. 81)

A autora discute que a história preocupou-se por longos períodos somente sobre a vida dos homens como sujeito principal e de relevância social e histórica, enquanto descrevia as mulheres de forma pejorativa e negativa, citadas quando tratavam de mostrar um mundo mais agitado nas ações femininas, narrando de forma marginalizada e inferiorizada. Quando a vida cotidiana da mulher era narrada, os assuntos eram voltados para o lar e a maternidade tratando a vivência feminina de maneira genérica.

O impacto da presença feminina na historiografia aparece no questionamento de uma história centrada no conceito de homem enquanto sujeito universal, mostrando as fragmentações pelo sexo. Ao mesmo tempo, explicita-se a preocupação em desfazer a noção abstrata de “mulher” referida a uma essência feminina única, a-histórica, de raiz biológica e metafísica, para se pensar as mulheres enquanto diversidade e historicidade de situações em que se encontram (RAGO, 1995, p. 85).

A mulher como objeto de pesquisa vem com o interesse de resgatar a diversidade das mulheres e da vida social participativa delas. A epistemologia feminista traz consigo a quebra do conceito de ser humano universal, buscando não somente o resgate de gênero, mas também o de raça, sexualidade e entre outros.²

Na necessidade de fazer um levantamento sobre estudos que fazem contraponto com os discursos tradicionais e moralistas da história, as pesquisas utilizadas nesta revisão bibliográfica servem para uma compreensão sobre a visibilidade feminina, a partir da mulher como sujeito histórico. As leituras levam à compreensão de que os estudos que exaltavam os discursos de submissão, docilidade e feminilidade serviram para validar uma sociedade machista e misógina. Dessa maneira, se faz necessário a explicação dos fatores sociais que levam a inferioridade da mulher dentro da sociedade e naturalização do conceito de “sexo frágil”.³

Com novas pesquisas voltadas para a mulher como sujeito principal, era preciso fontes e métodos eficientes que pudessem trazer informações, com o propósito de provar que as mulheres eram serem ativos e ultrapassam o lar e o ambiente doméstico.

² Sobre a epistemologia feminista ler: Joan Scott; Michelle Perrot; Margareth Rago.

³ Ler “O segundo Sexo” de Simone de Beauvoir.

Nesse sentido, a demografia histórica contribui com metodologia para algumas pesquisas.⁴

A demografia histórica abre portas para análises populacionais e de indivíduos antes irrelevantes para a história tradicional. Entre eles, há a mulher, principalmente, as cativas. Assim, o estudo das famílias tornou possível traçar informações sobre o sujeito feminino. A demografia, pertencente à segunda geração da *Escola dos Annales*⁵, traz a metodologia para explorar dados de registros eclesiásticos, ocorrências de delegacias, inquéritos policiais, processos judiciais, testamentos e inventários, servindo para conhecer personagens do cotidiano. Dentre essas fontes, foram utilizados os registros eclesiásticos de casamento e batismo, eficientes para a construção histórica dos sujeitos livres, cativos, libertos, pobres, etc. Dessa maneira, as fontes usadas neste trabalho serão as de batismo e casamento da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena de Codó.

Com os livros de casamentos e batismos encontram-se várias informações e personagens cujos vestígios são encontrados somente nesses documentos. Com tais elementos, as contagens de batizados e nubentes são importantes para a reconstrução de famílias e indivíduos que a constituem e as suas relações, assim como aqueles que não fazem parte da família patriarcal como os filhos naturais e as mães solteiras:

Os desdobramentos dos métodos mencionados permitiram o desenvolvimento do arcabouço metodológico da Demografia Histórica, assim como o avanço nas temáticas de pesquisa e na ampliação de fontes históricas utilizadas por historiadores demógrafos. Passamos a conhecer, dessa forma, uma infinidade de histórias de indivíduos até então —silenciados! (mulheres, crianças, expostos, agregados, escravos, dentre outros), de suas famílias e grupos domésticos (CUNHA, 2010, p. 03).

Os livros eclesiásticos trazem a informação das pessoas que eram batizadas, casadas e as relações de compadrio. A partir dessas informações, as mulheres encontradas auxiliam a compreender a sociedade codoense entre os anos de 1869 e 1876 e entender quem fazia parte dessas celebrações e a importância dos indivíduos nos contextos registrados. A ausência de informações também leva a algumas reflexões e questionamentos sobre quem eram os sujeitos que casavam e que estabeleciam laços com o consenso da sociedade, e quais as relações marginalizadas, cujos registros não existem.

⁴ Sobre demografia histórica ver: José Flávio Motta; Ana Silvia Volpi Scott; Carlos de Almeida Prado Bacellar.

⁵ Escola dos Annales é uma linha historiográfica expressa pela primeira vez a partir de uma revista francesa fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929, denomina Revista dos *Annales*.

As fontes primárias utilizadas do acervo da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena são o livro de casamento entre os anos de 1869 e 1873 e o de batismo entre os anos de 1871 e 1876. A partir desses anos, o casamento e o batismo são analisados com o intuito principal de encontrar dados sobre as mulheres que aparecem nesses livros e, assim, saber quem eram elas dentro da sociedade codoense e quais as relações em que elas apareciam.

As leituras feitas foram sobre a história das mulheres com o intuito de mostrar as pesquisas desenvolvidas, em especial, aquelas no período escravocrata brasileiro. A apresentação e a apropriação dessas pesquisas sobre o contexto feminino no século XIX foram ferramentas para pensar a mulher codoense entre os anos de 1869 e 1876.

No período analisado entra em vigor a Lei dos Sexagenários⁶ e a Lei do Ventre Livre⁷, legislações que faziam parte do processo de retração do sistema escravista, porém dando manutenção a ele. Assim, seguindo as regras da legislação, especialmente, a Lei do Ventre Livre, a igreja mantinha um livro de batismo apenas para os nascidos livres filhos de cativas, fonte em que somente aparece a mulher escrava e que em sua maioria é mãe natural. O livro de casamento tem o matrimônio de escravos, livres e libertos, mas os registros que aparecem em maior número eram de nubentes livres com posses. Isso indica que os vínculos sacramentais dos enlaces se estabeleciam como forma de manter os bens materiais entre as famílias ricas ou entre a própria parentela, como conclui a autora Eni de Mesquita Samara (1981) após analisar as famílias paulistas no século XIX.

As informações coletadas nesses registros proporcionam apontamentos em especial sobre as mulheres e a existência da figura feminina ativa na formação dos laços sociais. Enfatizando as mulheres escravizadas, foi possível, em casos escassos, identificar casamentos de cativas e o batismo de seus filhos com a presença paterna, em uma maioria de registros que aparecem sem a presença do pai. Dessa forma, os dados encontrados e analisados auxiliam a entender os perfis⁸ das mulheres codoenses do século XIX e através disso levantar hipóteses sobre a relevância da presença feminina para aquela sociedade e, também, ressaltar a importância dessas análises para a história

⁶ BRASIL. Lei n.º 3.270, de 28 de setembro de 1885. Conhecida como Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotejipe.

⁷ BRASIL. Lei n.º 2.040 de 28 de setembro de 1871. Conhecida como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco.

⁸ O conceito de perfis femininos abordado aqui se refere aos aspectos que essas mulheres tem em comum, nesse sentido, a procura pelos perfis femininos da sociedade codoense é entender quem era essa mulher nos registros da Igreja: mulheres livres, cativas ou libertas, vindas de famílias abastadas ou pobres, solteiras ou casadas, mães ou noivas, etc.

das mulheres e a contribuição para estudos mais aprofundados sobre a mulher maranhense.

1. A MULHER NA HISTORIOGRAFIA

A escrita sobre mulheres conquistou um espaço significativo dentro das Universidades a partir da segunda metade do século passado. A Nova História e os estudos das mentalidades e populacionais influenciaram os historiadores a adotarem a mulher como objeto de pesquisa. Assim, torna-se relevante citar alguns trabalhos desenvolvidos no Brasil acerca do perfil e do lugar ocupado pelo sexo feminino dentro da sociedade. Este primeiro capítulo propõe, então, uma análise desses trabalhos historiográficos, apontando as diferentes visões sobre os lugares ocupados pelas mulheres e entender como esse objeto influenciou no desenvolvimento de uma nova linha historiográfica.

A história das mulheres toma seu impulso em 1970, apoiada à explosão do feminismo e articulada ao crescimento da antropologia e da história das mentalidades, incorporando as contribuições da história social e dos aportes das novas pesquisas sobre memória popular. (FACINA; SOIHET. 2000. p-2)

As escritas voltadas para a relação homem/mulher estão fortemente atreladas aos trabalhos de historiadoras que se dedicam à história das mulheres. Entre as várias pesquisas relevantes para a expansão desses estudos, será feito um rápido apanhado das obras e pesquisas importantes para este campo de trabalho. Partindo do nosso objeto de estudo, foram observados dois aspectos necessários para a construção de uma história das mulheres: o perfil e a condição social dessas mulheres na sociedade.

Na história da humanidade, o papel feminino muda, assim como o contexto e a necessidade da sociedade. Uma análise histórica sobre os diferentes perfis femininos ao decorrer da história torna o estudo sobre o sujeito mulher um trabalho meticuloso e essencial para entender certos parâmetros sociais. A pesquisa feita neste trabalho será de fontes que não informam relações sociais detalhadas como a maioria dos trabalhos aqui apresentados, porém é relevante entender que estudar o ser mulher, assim como outros sujeitos historicamente imperceptíveis durante a historiografia metódica, trata-se de entender o quão significativo é mencionar certos fatos e relações existentes dentro da sociedade na história. Da mesma forma, as análises de cada autora sobre esse objeto de pesquisa ainda necessitam de uma contraposição ao que a história factual tratou como desnecessário, assim, este capítulo serve para mencionar os trabalhos feitos com o

intuito de rever afirmações sobre as mulheres buscando os resultados e reflexões que essas novas pesquisas apontam para a história das mulheres.

Antes de mencionar as pesquisas que analisam a mulher brasileira, serão discutido a misoginia e o machismo que existe nas sociedades patriarcais. As Idades Média e Moderna são exemplos disso, períodos em que a mulher era definida como um ser negativo e submisso.

Na Idade Média, o mundo feminino é relegado à alcova, ao íntimo e a escassez de citações sobre as mulheres durante o medievo faz com que se abra um questionamento sobre a sociedade e o espaço social ocupado pela mulher. O período se caracteriza pelo poderio da Igreja Católica e o imaginário criado por esse universo cristão tornava a mulher mais próxima de personagens femininos bíblicos como Maria, Eva e Maria Madalena. A caracterização desses perfis femininos fazia com que a mulher fosse vista pela sociedade a partir de um ser fictício, não se tratando somente de representações, mas do que as mulheres deveriam ser, pois essas três figuras são, dentro do cristianismo, fundamento divino do feminino.

George Duby afirma que as mulheres das fontes primárias do século XII analisadas por ele são representações, porque a escrita da época narra àquilo que a sociedade deveria ser e não o que era. Em meio a isso, ele traça perfis de mulheres citadas em sátiras cuja autoria é de maioria masculina. Movido por esses dois aspectos, as mulheres de Duby se tornam de difícil reconstrução. O que acontece é a representação, em escritos, de uma figura feminina distante da realidade, cabendo assim pensar qual o imaginário medieval sobre mulher e, também, sobre a sociedade e as relações de poder constituídas nela.

A figura feminina na Idade Moderna teve suas ações severamente punidas quando essas não condiziam com as ordens da época. Surgindo o conceito de bruxa para todas as mulheres que exerciam algum poder, ou agiam de forma suspeita. A acusação de bruxaria existia a partir de um imaginário criado na Contrarreforma, pois a mulher era vista como um ser selvagem e o homem civilizado, pensamento esse trazido da Idade Média. Dessa maneira, qualquer ação feminina que mostrasse poder, esperteza, cura ou conhecimento sobre o corpo e práticas pagãs, trazia consigo sérias penalizações, como a tortura e a morte na fogueira. Fundamentado no poderio religioso as mulheres identificadas como bruxas eram cúmplices do diabo (ZORDAN, 2005). A misoginia da modernidade se torna clara quando se observa os exagerados meios de punir as bruxas, torturas que as obrigavam a confessar todas as acusações sobre elas, mesmo sendo

infundadas. Isso deixava claro o quanto o feminino era visto como perigoso e selvagem para a sociedade moderna, o que mantinha a mulher sempre vigiada.

Mary Del Priore analisa o papel da mulher no Brasil colonial (PRIORE, 2009; 2013). Segundo ela, a sociedade estabelecia algumas prioridades para as mulheres, *a priori*, o casamento; o meio social comum da mulher tornava-se, então, o lar. Elas eram as interventoras na criação dos filhos e na harmonia da casa, criando uma representação de filha, esposa e mãe sobre a mulher do período colonial. A igreja também faz parte da vida feminina quando precisa de um sujeito para repassar os ensinamentos cristãos dentro do lar, nada mais necessário do que deixar a cargo daquelas que passam mais tempo no seio familiar, ou seja, as mulheres.

Às mulheres eram ensinadas desde criança as atividades domésticas para que em sua fase adulta pudessem se dedicar ao lar. O ser mãe bondosa assim como esposa amorosa dava à mulher o comprometimento com os estereótipos fortalecidos pela sociedade, pois mesmo com as exceções a maternidade era um determinante do papel social feminino na colônia.

A maternidade e o matrimônio estabelecem, em certo aspecto, a condição feminina, mantendo-as distantes da vida pública. A necessidade de ser mãe, fundamentada pela igreja e também pela medicina, ampliam os deveres das mulheres perante a sociedade para além do social, atribuindo-os ao biológico. A construção da mãe bondosa assim como a reprodução são parâmetros alimentados pela sociedade para definir a mulher saudável, aquela que dá ao seu marido um herdeiro e é uma boa mãe.

Durante o período da colonização, a medicina explicava o corpo feminino a partir de uma ideia de inferioridade e fragilidade. Isso era corroborado pela igreja que tratava a mulher como um ser frágil e seu corpo um mistério, buscando entender qual o propósito da criação da mulher, em meio aos conceitos de que a fisionomia feminina era inferior à masculina (PRIORE, 2007).

Del Priore em ao *“Ao Sul do Corpo”* aborda as concepções que a sociedade tinha sobre a maternidade e a necessidade das mulheres serem mães, sem necessariamente precisarem fazer outras atividades ou carregar outras expectativas.

Ao analisar os papéis sociais que a mulher deveria exercer, o estabelecimento da família aparenta ser uma submissão imposta pela sociedade, porém a construção de um ambiente familiar também aparecia para algumas mulheres como um meio de fugir de suas limitações sociais. Esse é o caso de algumas cativas que viam na família uma forma de estabelecer relações sociais e se distanciar das amarras trazidas consigo pela

escravidão. Por isso, quando falamos em prioridades e deveres sociais estabelecidos para as mulheres, também nos leva a refletir quem são elas e quais desejos e limitações cada uma tem. Entender as mulheres que viveram em períodos anteriores ao nosso, e o que cada uma queria fazer, torna-se um papel difícil, mas ao investigar as mulheres, devemos nos atentar ao fato de que nem todas estavam na mesma condição social.

Ana Elizabeth Santos Alves aborda a divisão sexual do trabalho, do final do século XIX ao início do século XX. Ela sugere a família como manutenção da sustentação do trabalho de mulher e o trabalho de homem. Ao decorrer de sua análise, ela firma que tratar da família brasileira é, por muitas vezes, também falar sobre a divisão do trabalho. Sabemos que a família brasileira se sustentou durante vários séculos somente com o modelo patriarcal: o homem como chefe e a mulher nos cuidados ao lar, sendo assim, a divisão de trabalho no período colonial demarcada sobre a perspectiva de que a mulher era responsável pela ordem e bem estar da família. (ALVES, 2013).

Quando Elizabeth Abrantes fala do ensino no século XIX na cidade de São Luís, ela trata exatamente de como era diferenciada a educação para meninos e meninas das famílias mais abastadas. Segundo ela, fazia parte da educação definir o que as meninas deveriam fazer e qual lugar social ocupariam. Os limites da educação feminina delineavam o comportamento das mulheres/esposas e donas de casa/mães. Nesse sentido, é importante perceber a condição feminina em cada época, lugar e cultura. Abrantes analisa apenas a educação de meninas de famílias abastadas, pois o acesso ao ensino para os mais empobrecidos era difícil. Ler e escrever eram um privilégio na sociedade ludovicense. A autora fala que nesse momento existia um modelo de mãe, esposa e filha, e a exaltação da inocência, docilidade e submissão eram tidas como características naturais da figura feminina. Concordando com Del Priore, a autora afirma também que o casamento e a maternidade eram referenciais a serem cumpridos pelas mulheres. Assim, é perceptível a necessidade da sociedade em educar as mulheres para cumprirem esses papéis, deixando-as com poucas escolhas para traçar outros caminhos que não fossem a moça para casar e a esposa paciente e dócil. E sempre ressaltando que, apesar do casamento, a mulher deveria continuar mantendo sua inocência, pois ela era naturalmente um ser pecaminoso e traiçoeiro. E, para mantê-las longe do pecado e os homens distantes de suas artimanhas, era preciso educar desde cedo o ente feminino, utilizando o ensino para mantê-las sobre o controle de um modelo de educação feminina. Para a historiadora maranhense, as características de uma

inocência virginal no pós-casamento era uma qualidade que a mulher casada deveria perpetuar, o que dava manutenção também à misoginia. O imaginário em torno das mulheres as afirmava como seres capazes de seduzir os homens, donas de diversas façanhas para capturar sua presa, inferiores e perigosas. Esses pensamentos foram reforçados pela igreja e refletidos na sociedade. No século XIX, a imagem de futilidade da vida feminina era posta em alta, assim como a necessidade de seguir as ordens “naturais” dos afazeres femininos:

O jogo de palavras, gestos, de olhares, enfim, de sinais, criavam um ambiente propício a moldar as meninas desde pequenas para um destino que a sociedade e seus ideólogos, os homens, consideravam o ideal para a manutenção da ordem e do poder. As características físicas inerentes aos dois sexos serviam de justificativa para as funções que deveriam desempenhar na sociedade. (ABRANTES, 2004, p-146)

O estereótipo de fragilidade física vinculado ao feminino dava suporte à necessidade de limitar a condição da mulher às funções do lar, dessa forma, aquelas que frequentavam a escola tinham como fundamentação os dotes domésticos, aprendendo o que fosse útil para o bem estar de sua prole. O domínio da mulher sobre o lar permitia que ela fosse à mentora dos filhos e deveria passar para eles os ensinamentos da bíblia e os valores constituídos na sociedade.

Em contraste com as exaltações da mulher dedicada ao casamento, filhos e casa, no livro “*História das Mulheres no Brasil*” organizado por Mary Del Priore (2007), é clara a existência daqueles que configuravam ações diferentes das estabelecidas pela sociedade. Um exemplo disso é o caso de Isabel Antônia e Francisca Luiz que mantinham relações sexuais, apesar da repressão inquisitorial, conseguiam manter seus desejos e vontades acima dos deveres sociais. Outras mulheres, mesmo casadas, também estabeleciam relações de lesbianidade, resistindo à ordem imposta pela sociedade. Também são relatados casos de moças que enxergavam no convento uma forma de fugir do matrimônio, mas mantinham relações com homens às escondidas, indicando que em meio a valorização do matrimônio havia espaço para aquelas que negavam as amarras sociais.

Marcelo Mello analisa o período imperial anterior e posterior à abolição (de 1886 a 1889), um momento de mudanças no contexto da sociedade brasileira. Após o Treze de Maio, a escravidão foi extinta e o liberto passou a ser “cidadão”, porém esse novo personagem não foi devidamente inserido no meio social e temos, no cenário brasileiro, o indivíduo que não é mais cativo, mas também não comunga dos mesmos direitos dos

previamente livres porque havia uma recriminação e objetificação dos ex-escravos, negros livres. Então, temos nesse contexto a mulher negra ex-escrava, monitorada por ainda carregar as consequências dos preconceitos da escravidão, facilmente marginalizada. A pesquisa de Marcelo Mello mostra com base nas ocorrências da casa de detenção feminina do Rio de Janeiro, entre os anos de 1886 a 1889, mostra que haviam mulheres vistas como desordeiras, baderneiras e hostis, adjetivos usados para figuras femininas que escapavam do perfil da mulher ideal da época. Durante os anos 1886 a 1889, cria-se leis para as mulheres que iam contra a ordem do período imperial.

No Brasil oitocentista, o regime para aquelas que não se adequavam à ordem era de repressões, pois significavam perigo para a sociedade. Os índices de desobediência a essas regras eram mais altos entre mulheres negras e ex-escravas, tomar isso como nota é também pensar em como o perfil feminino estava ligado à desordem. Não se tratava somente de ações, mas de quem as faziam. As fontes estudadas por Mello lhe permitiram mostrar características físicas das mulheres como cor, condição, status social, tornando possível ao leitor uma reflexão de porque os perfis mais comuns eram negras e pobres. O cenário desse período é a estrutura patriarcal elitizada, ou seja, o controle e o poder estavam nas mãos de homens de famílias mais abastadas da sociedade brasileira.

Nesse momento, havia uma exaltação da família, presente numa ordem de manutenção da moral. Existiam várias leis repressivas para com a mulher e, por causa da condição econômica, social e cultural, as pardas e negras eram as mais afetadas. Encontrava-se no Brasil muitas controvérsias em relação ao pudor sexual, ligado à ordem e à moral, assim, as relações entre homens e mulheres eram regulamentadas e tolhidas no espaço público. Nesse sentido, todas que tentassem, de alguma forma, ameaçar a harmonia social eram rapidamente contidas. Com a valorização da família e da relação íntima existente somente pós-matrimônio, a mulher estava designada a ser pertencente ao lar e ao convívio familiar.

As mulheres que banalizavam o sexo eram consideradas imorais, em geral definidas como prostitutas, baderneiras e bêbadas, dessa maneira, os crimes mais comuns atribuídos a essa tipificação penal constituíam: vadiagem, desordem, embriaguez e prostituição. Os três primeiros eram cometidos por ambos os sexos, porém os crimes de maior ocorrência eram os de desordem, imoralidade, vagabundagem e obscenidade, cometidos por mulheres solteiras e viúvas. O que podemos deduzir que as mulheres sem a companhia do marido eram mais fáceis de serem presas, visto que, as

mulheres solteiras ameaçavam a ordem dos anos oitocentistas. Acreditamos que o fato das mulheres viúvas e mães naturais terem a necessidade econômica e social de ocupar o ambiente público mais que a mulher casada ou a moça de família abastada. Nessa perspectiva de ordem e moral, elas estavam condicionadas a cometer mais crimes, o que nos leva a outra reflexão, cria-se leis de repressão que atingiam diretamente mulheres que estavam à margem da sociedade, numa intenção de mantê-las longe do convívio social. Portanto, a mulher adulta em sua maioria africana e solteira era um perfil perigoso, desordeiro e rejeitado pelo Brasil Imperial, concluindo que de fato a manutenção da ordem estava atrelada à misógina (MELLO, 2001).

Pesquisas como a de Mello são importantes para perceber qual a relação social da mulher instituída no Brasil. Seu trabalho vai à contramão daqueles que apresentam uma mulher vinculada ao núcleo familiar patriarcal. Assim, o autor afirma que a marginalização sobre algumas mulheres, negras, pardas e pobres, estava no pressuposto do status social delas, em detrimento a condutas e valores pré-estabelecidos na sociedade. A partir dessa análise pode-se notar que a repressão e a criminalidade estavam voltadas para os indivíduos que fugiam das características e ações criadas pela sociedade com valores e ideais que, mesmo não sendo cumpridos pela maioria da população, eram exaltados.

É notório como o casamento significa um status preciso na concepção social das mulheres. O fato de não ter um marido ou família tornava o sexo feminino desamparado, fazendo o matrimônio ser, além de uma idealização construída, um dever a ser cumprido. A exaltação do casamento e da necessidade biológica e social de ser mãe mantinha válida a banalização das mulheres que não cumpriam esse papel social. A obrigatoriedade da formação familiar para a mulher tornava-a um ser protegido por um lar, que preservava seu lugar social já devidamente destinado. Silva exemplifica que com exceção das normalidades idealizadas da figura feminina, há relatos daquelas que, mesmo estando dentro do seio familiar, mostravam “rebeldia” e menos submissão ao domínio do homem:

Embora sempre tenhamos sido bombardeados pelos discursos moralizantes que insistiam em nos mostrar a figura feminina pacata e ordeira, as documentações policiais, mais recentemente visitadas, apontam para outra realidade e as mulheres emergem criando casos, resmungando palavrões, batendo e apanhando nas ruas, assassinados maridos, vivendo concubinatos, mostrando-nos uma imagem real muito distante daquela idealizada (SILVA, 2008, p228).

As mulheres que demonstravam fugir dos estereótipos estabelecidos pela sociedade era vistas como rebeldes, remetendo muitas vezes ao pensamento de que o ente feminino precisava de uma criação adequada e um marido para controlar sua conduta, já que facilmente ela poderia desobedecer e causar a desordem. Esperava-se que a mulher mantivesse uma postura fechada e reclusa. Ser uma mãe solteira era um desvirtuamento para a mulher colonial e imperial, mas em meio a isso, há mulheres que identificavam seus desejos de liberdade dentro do matrimônio e aquelas que viam no casamento sua prisão.

Análises historiográficas com o intuito de revelar as mulheres como personagens principais levam à percepção de que elas são detentoras de seus ideais e, mesmo com os diferentes discursos, ainda conseguiam tomar decisões e fazer escolhas. Pesquisas como as discutidas aqui nos levam a desejar conhecer outras mulheres em locais onde pouco se falavam sobre elas. Apesar de este trabalho ser quantitativo dos perfis das diferentes mulheres encontradas nas fontes, a pesquisa traz utilidade a uma história das mulheres codoenses no século XIX.

2. AS MULHERES, SEUS DESEJOS E SUAS AÇÕES: resistências.

As pesquisas que têm as mulheres como objeto de estudo possibilitam a aparição delas e suas contribuições na história, encontrando sujeitas com atitudes pouco comuns em sua época e condição socioeconômica, mas que mostram variados perfis femininos, esses que, por muitas vezes, a história escondeu. Esses trabalhos também narram histórias de mulheres individualmente, mostrando a singularidade de cada sujeito e suas formas de resistência.

Entre as mulheres personagens de pesquisas e identificadas nas fontes, temos aquelas que viviam como cativas – propriedade de outras pessoas, mas mantinham o desejo da liberdade e se entendiam como um ser social, estabelecendo laços em seu meio social. Um exemplo disso são as famílias cativas estabelecidas nas fazendas, uma forma de resistência dentro do panorama social proposto a elas.

Pesquisas relacionadas à história das mulheres enfatizam algumas falas delas como sujeitos ativos de suas escolhas. Sampaio e Cavalcante destacam quatro cativas, Joaquina, Alexandrina, Benedita e Lucrezia, um grupo de mulheres aguerridas, escravas, na província do Grão-Pará de meados do século XIX, tomaram decisões arriscadas para obter sua liberdade social e em busca de uma formação familiar junto de seus companheiros. Os autores deixam claro que o desejo dessas mulheres era, além de livrarem-se da escravidão, construir um seio familiar. Ressaltam as individualidades de cada uma delas.

Joaquina era propriedade de um senhor da área urbana e desempenhava diversos trabalhos dentro da casa. Sua fuga foi feita em um período difícil e arriscado para escravos, visto que a policia local sustentavam duras leis para manter a ordem. Nesse período, o simples fato de ser preto trazia sérias complicações e Joaquina foi, no mínimo, audaz. Fugindo da subordinação e da autoridade de seu dono, compartilhava do desejo de várias outras fugitivas pelos laços familiares, criação de filhos e autonomia na escolha de seu companheiro, mostrando que para elas a liberdade estava em constituir sua família longe dos perigos da escravidão. Isso nos leva a refletir que Joaquina não foi a única a se arriscar para ter suas escolhas alcançadas.

O desejo pelo matrimônio também nos leva a pensar que, se para as mulheres livres o casamento era quase uma exigência, para as cativas era uma forma de resistência, não somente o desejo de formar uma família, mas de ter o poder de escolher com quem se casar. Em meio à fuga dessas três mulheres com seus parceiros, Joaquina

consegue sua ênfase na história quando volta para seu proprietário com o dinheiro para comprar sua carta de liberdade, apontando que a necessidade de ter a liberdade não foi saciada apenas com a distância do domínio de seu dono, mas deveria ser concluída quando fosse legalmente livre e obtivesse sua carta de alforria. A procura por liberdade de Joaquina, Alexandrina, Benedita e Lucrezia marca tanto a destreza delas um período em que deviam submissão como apontam para o processo de fim da escravidão. (SAMPAIO, CAVALCANTE, 2012)

Outro importante trabalho que retrata as mulheres como agentes da sua própria história é a obra da escritora Sandra Graham, *Caetana: diz não*. A pesquisadora usa as fontes documentais da anulação do casamento da cativa Caetana, escrava e mulher em uma fazenda próxima ao rio Paraíba, e que consegue ter força e coragem para lutar por seus ideais. Caetana mostra que a mulher do século XIX já negava o perfil feminino sustentado pela sociedade, quando afirma:

“Tal como Caetana contou depois sua história dramática – e continua dramática, mesmo através da narração de um escrivão, na linguagem inevitavelmente niveladora dos documentos legais –, ela sentia não apenas uma “grande repugnância ao estado de matrimônio”, como achava aquele homem particularmente desagradável (GRAHAM, 2005, p. 24).

Como a própria autora fala, apesar das fontes que ela usou serem importantes para escrever a história de duas mulheres, uma escrava, negra e obrigada ao casamento, e a outra, livre, branca e dona de cativos, Dona Inácia Delfina Werneck, não podemos saber o que levou a cativa Caetana a querer anular o casamento ou até mesmo o desejo de não querer ser esposa. Apesar das fontes explicarem os fatos, elas não esclarecem os motivos, resta juntar os acontecimentos e tentar traçar os dados e resultados possivelmente alcançáveis (GRAHAM, 2005). O que parece ser um casamento abençoado pela igreja, a história de uma bela união, fica perceptível que para a noiva não é. O escrivão transcreveu a fala de Caetana e ela odiava a ideia de matrimônio e, em especial, tinha repúdio pelo o homem ao qual ia casar.

Há no imaginário social a figura feminina como um sujeito pacato, vulnerável e dócil, de fácil domínio e manipulação, mas encontramos na história algumas mulheres que exibiam comportamentos vistos pela sociedade como criminosos e pecaminosos, como Caetana, Joaquina, Alexandrina, Benedita e Lucrezia. Porém, há mulheres que mantiveram suas vontades acima das regras sociais, mas não foram punidas por isso. Uma delas é a Condessa de Barral, uma mulher influente na sociedade brasileira, casada

e que mantinha relações íntimas secretas com D. Pedro II. Luísa Margarida Portugal e Barros manteve com o imperador uma paixão e relação de décadas, correndo o risco de serem pegos em atos incriminadores, principalmente para ela, pois para a sociedade a traição feminina era desonra para seu marido e ele poderia matar a esposa e o amante em “legítima defesa da honra”.

A obra de Mary Del Priore, *A Condessa de Barral: a paixão do imperador*, mostra a figura decidida da Condessa que manteve sua paixão e desejos, mesmo que isso tivesse seus riscos. Luísa trazia consigo uma personalidade esperta e inteligente, um perfil diferente do ideal de mulher da sociedade brasileira imperial. Como relata Mary Del Priore:

Luísa ousou no amor e na vida. Viveu rebeliões e quedas de monarquias, surtos de doenças e levantes de escravos. Tudo enfrentou como se fosse parte do jogo. Boa filha e boa mãe, na velhice continuava jovem. Sua sabedoria? Saber transmitir e gozar os pequenos acontecimentos da existência. Invejável camaleoa, respeitada até por seus detratores, a quem soube, aliás, desprezar “olimpicamente”, como bem descreveu o escritor Arthur Azevedo (DEL PRIORE, 2008, p. 235).

Outra mulher influente que tem sua história contada por Mary Del Priore (2013) foi a filha de D. Pedro II, Isabel de Bragança, conhecida como Princesa Isabel. Ela herdaria o trono imperial, porém seu pai não a educou para comandar o Brasil, pois, apesar de muito amar sua filha, acreditava que, por ser mulher, ela teria um marido para obedecer e, possivelmente, ele influenciaria nas decisões da nação. Mas foi eternizada na história brasileira como aquela que aboliu a escravidão.

Há alguns trabalhos dentro da história das mulheres que apontam diretamente a relação mulher e homem através da dominação, muitos deles foram essenciais para despertar o interesse para outras pesquisas nessa mesma perspectiva. O debate levantado por eles é fundamental para conseguir compreender o local em que cada sujeito ocupou na sociedade e o que se deu através disso. Como apontado acima, o casamento foi estabelecido para a mulher como elemento essencial de vida, assim como a maternidade, mantendo-a em um lugar social, diferente do ocupado pelo homem. Esses trabalhos são essenciais para entender a sociedade do século XIX e abre destaque para comparações entre diferentes pesquisas.

Cleide Maria Bocardo Cerdeira aponta a desigualdade social entre homens e mulheres. Sua pesquisa analisa a posição social da mulher no período colonial e observa que as mulheres estavam em condição de inferioridade em relação aos homens,

questionando o espaço ocupado e os papéis desempenhados por ambos os sexos. Cerdeira aponta que a sociedade durante o Brasil colonial manteve a mulher a cargo da dominação e do prazer masculino. Muitos aspectos sociais serviam para declarar a diferença entre os sexos, desde o comportamento até o vestuário, expondo as mulheres, em alguns casos, a usar vestimentas inadequadas para sua saúde, como os conhecidos espartilhos, a submissão feminina não fazia parte somente dos cuidados ao núcleo familiar também como instrumento sexual. Não sendo valorizada a educação formal feminina, nesse período, as mulheres se casavam antes dos quinze anos, se entregando ao domínio do lar e aceitando a submissão passivamente. A autora fala da subordinação das mulheres, contrapondo-se a outros trabalhos já aqui mencionados. Cerdeira denuncia a forma como a sociedade colonial estabelecia os papéis sociais, mas não discute as mulheres que enfrentavam essa imposição. Sabe-se que, apesar dos discursos sobre a virtude feminina e a exaltação ao matrimônio, muitas delas negavam-se a isso e por muitas vezes cumpriam com seu papel social de forma “rebelde”.

O artigo “*Os primórdios da inserção sociocultural da mulher brasileira*” aponta uma série de problemas sobre a vida das mulheres, desde a submissão ao homem, até ocasiões em que a mulher tinha sua saúde prejudicada em benefício dos deveres sociais. Relacionando essas concepções sobre o sujeito feminino, o livro “*Gênero e História*” destaca fatores que levavam as mulheres a terem criação e posição inferior ao homem, enfatizando características sociais e biológicas.

Apesar de apresentar a mulher como ser inferiorizado pela sociedade em prol da superioridade masculina, o trabalho de Cerdeira também aponta que, ao mesmo tempo que eram estabelecidos pressupostos de como a mulher deveria ser e pensar, elas conseguiam conquistar espaços dentro da sociedade, mesmo que muitas vezes, inferior aos privilégios masculinos. A dificuldade de ganhar espaço ainda estava relacionada ao fato do desconforto causado por pequenos atos femininos que iam contra as idealizações sociais, encontrando problemas e repressões por parte daqueles que cultivavam a mulher como ser passivo. Ao mesmo tempo em que ressalta a passividade das mulheres no período colonial, ela também mostra a evolução nas conquistas femininas motivando, assim, a reflexão de como se conquistou espaço mesmo contra as idealizações sociais (CERDEIRA, 2000).

As mulheres citadas pela autora são as de famílias mais ricas, apontando para o difícil processo de liberdade delas perante o patriarcado. A autora sugere que mulheres de status social mais alto tendem a obedecer e manter *status quo* que as mulheres de

famílias menos abastadas. São mais comuns ações contrárias à obediência e valorização da ordem vindas de mulheres das classes pobres da sociedade. Cleide Cerdeira não deixa claro o porquê dessa diferenciação, mas podemos ter uma ideia, já que mulheres negras e pobres precisavam ter uma vida social e econômica mais ativa, elas acabavam por infringir mais facilmente essas regras sociais. Porém, apesar de exceções, as mulheres mais abastadas conseguiam fugir do domínio do pai, marido ou filho usando, por muitas vezes, a vida no convento.

Compreende-se que apesar de a sociedade esperar da mulher um comportamento submisso, nem todas pertenciam ou vivenciavam esse espaço. Nesse sentido, pensar a mulher como ser social ativo é o que torna os trabalhos aqui analisados importantes para as pesquisas sobre mulheres.⁹

Após a carta de alforria as mulheres libertas procuravam maneiras de sobrevivência, visto que, a sociedade pouco lhe oferecia meios de viver, por isso as mulheres forras dos anos setecentistas ocupam o espaço na sociedade do Brasil colonial através do comércio e outros trabalhos, entre eles a prostituição. As africanas libertas desempenhavam papéis sociais ativos, mas experimentavam perseguições referentes às ocupações que exerciam. Em alguns casos, como as comerciantes, elas conseguiam fazer riqueza no comércio colonial, mesmo perante todas as adversidades. Entretanto, suas atividades profissionais não evitavam a dura imagem da sociedade sobre as cativas, encontrando sérios problemas em serem reconhecidas por seus esforços e ganhos:

Mesmo para as que conseguiam enriquecer, as possibilidades de inserção eram limitadas e a sua riqueza, muitas vezes, não era reconhecida, posto que seus contemporâneos “insistiam em vê-las pelo seu passado como escravas e pela forma com que tiveram acesso aos bens”. Em última instância, pobres ou ricas, as mulheres africanas forras enfrentaram inúmeras dificuldades para serem reconhecidas como participantes da sociedade colonial (RODRIGUES. 2005. p-07).

Dessa forma, mesmo a mulher liberta conseguindo riquezas e mudando sua posição social, a maneira como as pessoas as julgavam ainda permanecia a mesma, pois o status de escrava não era esquecido ou amenizado. Nota-se que a mulher africana, em condição de liberta, carrega consigo as consequências da escravidão. Porém, em sua nova condição, não era vista como ser livre e a sociedade as remetiam a única profissão “possível” para elas no Brasil colonial – a prostituição, negando as atividades exercidas por elas e deixando claro que a liberdade estava além de uma alforria. Algumas libertas

⁹ Sobre mulheres ver: Cleide Cerdeira; Mary Del Priore; Marcelo Mello; Michelle Perrot; Elizabeth Abrantes; Sandra Graham e etc.

mantinham relações diretas com os quilombos, promovendo as fugas de escravos, também trabalhavam no comércio com a venda de ouro, mostrando assim suas participações dentro da sociedade e na ajuda da liberdade dos escravos.

Juliana Garavazo analisa as famílias escravas de Batatais – SP, entre 1851 e 1887. Para ela, a constituição de família dentro das senzalas foi importante quando o tráfico negreiro deixou ser legal, precisando do crescimento de escravos dentro das fazendas para continuar o processo de escravidão no Brasil. Nesse sentido, o casamento entre cativos era positivo para os donos de fazendas e até para os próprios escravizados. O senhor dono de fazenda via no casamento de seus cativos uma forma de manter as relações calmas dentro da senzala assim como o aumento de natalidade, coisas que somente seria possível com a união matrimonial, assim como o crescimento de suas poses. A mulher escrava, apesar de ter a condição diferente das mulheres de famílias abastadas, pois assim como o homem escravizado elas sofriam de uma dominação maior, a obediência ao seu dono, porém laços familiares traziam distração para o sofrimento do processo escravocrata (GARAVAZO, 2006).

Ao decorrer das leituras e discussões acerca dos perfis femininos¹⁰, observa-se que as ações e necessidades das mulheres se modificam dependendo do tempo e condição social em que se encontram. Pode-se afirmar que, independente da educação recebida ou a quem pertença, as mulheres eram duramente julgadas por seus atos. A ideia de liberdade também varia, existindo escravizadas fugitivas em busca de um casamento e/ou mulheres livres que se abrigam em conventos para fugir do matrimônio. O que aqui se caracteriza enquanto livre-arbítrio é a fuga, seja ela passiva ou agressiva, do seu destino até então iminente. Levando a entender que as mulheres aqui pesquisadas podem traçar caminhos já esperados ou traça-los do jeito que bem desejarem, ou seja, o cotidiano pode parecer monótono e tedioso, mas pode, também, apresentar façanhas em caráter de resistência que somente o dia-a-dia proporciona. Resistir está na rotina ou na ousadia.

¹⁰ A literatura brasileira apresenta personagens femininos que desenvolviam papéis fundamentais nas tramas, como *Senhora e Iracema*, de José de Alencar, a escrava da obra *O cortiço*, a Capitu de Machado de Assis, entre outras. Essas personagens nos fazem pensar que apesar das expectativas e forças sociais presentes em diferentes épocas e lugares, a mulher ainda se mantinha detentora de seus desejos. Isso levanta certos questionamentos sobre a submissão feminina.

3. MULHERES: FONTES DEMOGRÁFICAS

Quando falamos em demografia histórica existe uma preocupação em somar e cruzar os dados encontrados nos acervos para dimensionar os números populacionais. É necessário entender a relevância que estes estudos têm para o resgate da história das mulheres: “A demografia histórica tem fundamentado a realização de pesquisas que permitem a repressão da imensa gama de papéis desempenhados pelas mulheres brasileiras.” (TUPY, 2000, p. 01)

Fontes primárias como inventários, escritos eclesiásticos, diários, relatos de viajantes, entre outros, são fontes que servem para estudos populacionais e demográficos, sendo ferramentas de pesquisas historiográficas, pois neles encontramos fatos que possibilitam descobrir personagens ou eventos que não foram citados na história tradicional. Não somente as mulheres, mas outros indivíduos também podem ser relatados a partir dessas fontes.

Com os livros eclesiásticos é possível entender como mulheres, negros e crianças possuem papéis ativos dentro da sociedade. Através dessas fontes primárias foi possível o reconhecimento e o surgimento de personagens historicamente excluídos. Esses documentos possibilitam também uma análise do cotidiano, tornando possível entender que o fazer história também está em pequenos atos do dia-a-dia.

No emprego das fontes seriais, a demografia histórica traz contribuições para a historiografia brasileira e proporciona a inserção de novos marcos temporais, antes desvalorizados pelos historiadores. Com a utilização de registros paroquiais, inventários, relatos de viajantes, tornou-se possível analisar dados relevantes do cotidiano, entre eles o da nupcialidade, fertilidade e mortalidade. A análise da família em um contexto global possibilita estudar, assim, as relações dos dois sexos e aproxima a pesquisa acadêmica dos estudos sobre a condição feminina. Tupy exemplifica isso, “Seus índices de participação aliados às variáveis econômicas e culturais mais bem explicitariam o papel destinado às mulheres numa sociedade de marcados valores patriarcais.” (TUPY, 2000, p. 05)

Com a Nova História criada pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, da Revista dos *Annales*, ampliaram-se os diálogos entre os campos históricos e um novo método de fazer história, pautado em uma história-problema, foi desenvolvido. A História Demográfica surgiu dentro desse movimento como uma nova dimensão de análise e se expandiu para diversos campos históricos. Hoje, é fundamental para os

historiadores brasileiros da História da Família. Com os estudos históricos demográficos, abrem-se, então, novos olhares para o conceito de núcleo familiar. Uma dessas descobertas é a de que a família brasileira colonial e imperial não era unilateralmente patriarcal. Havia outras formações familiares presentes na sociedade brasileira, entre elas, a família escrava, pequenos núcleos familiares, famílias formadas apenas por mulheres e crianças, ressaltando esses sujeitos como agentes históricos.

Devido à misoginia do século XIX, os registros demográficos eram feitos por homens e as mulheres pouco apareciam e, quando constavam nos documentos, eram pouco importantes. Em relação a isso, os historiadores devem tomar a cautela necessária ao analisar essas fontes, pois ao utilizar as fontes primárias demográficas para a análise da história das mulheres. Segundo Suanno,

Faz-se necessária uma leitura nas entrelinhas das fontes com o intento de levantar contestações diante da simplicidade com que se trata a questão das mulheres na História. Enfim, a releitura das fontes tradicionais e a seleção de novos volumes documentais podem oferecer parâmetros para uma crítica interna e externa mais eficaz, além de possibilitar a escrita de uma História da Mulher mais factível. (SUANNO, 2015. p-14)

Análises historiográficas com o intuito de revelar as mulheres como personagens principais na história levam à percepção de que elas são detentoras de seus ideais e, mesmo com os diferentes discursos, ainda conseguiam tomar decisões e fazer escolhas. Os apontamentos feitos nos trabalhos acadêmicos aqui apresentados nos levam a desejar conhecer outras mulheres em locais onde pouco se falavam sobre elas. A pesquisa feita ajudará a abrir indagações sobre os perfis das diferentes mulheres encontradas nas fontes, quem eram essas mulheres no íntimo de seu lar ou questionar sobre a existência das mulheres que não aparecem nesses registros, abrindo, assim, precedentes para uma história cujo sujeito principal é a mulher.

3.1. A mulher codoense entre 1869 e 1876

A partir dos dados quantitativos encontrados nas fontes coletadas do acervo da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena de Codó-MA, foi possível identificar as mulheres presentes nos batismos e casamentos como mães, mães solteiras, noivas, batizadas, mães de nubentes, madrinhas, donas de fazendas, proprietárias de escravos, a condição social dessas mulheres e sua naturalidade. Com base nessas informações sobre elas foi possível entender quem eram as mulheres encontradas nos registros e qual relevância elas têm na constituição da sociedade a partir das relações oficializadas pela igreja católica local.

Para conseguir essas informações, foram analisadas as fontes primárias dos registros de casamento e batismo do século XIX da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena, com o recorte entre os anos de 1869 e 1876. O livro de casamento corresponde aos anos de 1869 a 1873 e o de batismo, aos anos de 1871 a 1876, este último especificamente referente aos filhos de cativas. Com esses registros, é possível conhecer algumas das relações existentes na sociedade codoense. Os dados que os registros matrimoniais e batismais oferecem auxiliam a compreensão do papel da mulher na localidade de Codó do século XIX, porém também deixam espaço para questionamentos sobre essas mulheres. Apesar de essas fontes pertencerem aos ofícios da igreja e, sabendo que na sociedade os laços familiares e afetivos vão para além do religioso, vemos nesses documentos uma série de informações sobre os indivíduos, principalmente das mulheres. É importante ressaltar que até mesmo as donas de fazendas e de cativos, pessoas de posses, infelizmente não foram encontradas em outros documentos de fácil acesso¹¹. Dessa forma, os livros de casamentos e batismos são as principais fontes sobre as mulheres do século XIX na cidade de Codó.

Nos registros aqui trabalhados, há em todos a presença das mulheres, como noivas, mães de nubentes, testemunhas, mães de batizados, meninas batizadas, madrinhas, proprietárias de cativos e fazendas. Assim, identificamos a importância da mulher nas relações sociais codoenses. Sabe-se que a maioria das leituras feitas sobre as mulheres nos períodos do Brasil Colonial e Imperial era relacionada ao matrimônio e à constituição da família patriarcal. Aqui a presença delas também está limitada ao cenário da igreja e da família, mas não pretendemos analisar as relações íntimas ou os

¹¹ Acervos digitalizados como os da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Biblioteca Benedito Leite, etc.

acontecimentos do lar propriamente dito por que as fontes não permitem tal análise. Aqui é possível entender as mulheres codoenses enquanto indivíduos e a sua condição social em Codó, ou seja, identificamos e quantificamos quem e quantas eram as mulheres registradas no livro de casamento do acervo.

A partir dos elementos disponibilizados, observa-se que a presença feminina no livro de casamento era majoritariamente de mulheres de famílias abastadas, assim, a mulher escrava aparece esporadicamente como noiva. Isso sugere que casar as cativas e estabelecer um ambiente social oficializado pela igreja não era uma preocupação dos senhores e senhoras de escravos codoenses e mesmo as libertas carregavam a consequência da despreocupação de unir-se através do matrimônio.

Michele Soares Lopes estuda os casamentos de escravos no sertão seridoense e afirma que

Ao perceber-se que um escravo insatisfeito, até certo ponto, diminuía seu rendimento nos trabalhos da fazenda, os senhores atentavam-se para as vantagens de promoverem ou incentivarem os matrimônios de seus cativos. Uma vez casados, o poder de controle senhorial aumentava sobre eles. Um escravo com mulher e filho dificilmente se envolveriam em desavenças, promoveriam ou compactuariam com rebeliões dentro do cativeiro. Impossível não pensar que os vastos campos abertos em que os escravos trabalhavam, muitas vezes, até mesmo a cavalo não lhes fosse em demasia sedutor e propício a fugas. O casamento escravo significava, sem dúvida, para os senhores um ganho aceitável. A recompensa poderia vir, muitas vezes, em dedicação e bons serviços prestados. Por outro lado, veremos que apesar de todas essas vantagens a resistência dos senhores em levar seus escravos para se casarem na igreja devia-se a elaboração de leis eclesiásticas contra a separação de casais escravos e de seus filhos (LOPES, 2013, p. 2-3).

Apesar do casamento entre cativos ser algo positivo para os conservar nas fazendas e longe de desavenças, o matrimônio oficializado pela igreja também evitava a venda separada dos escravos de uma mesma família, pois isso era assegurado pelo sacramento. Através desse olhar, não seria interessante para o senhor ou senhora manter as bênçãos da igreja sob a união dos cativos porque, ao precisar vendê-los, se tornaria difícil.

No caso codoense, identifica-se que há poucos matrimônios de cativos, 6,3% do total de casamentos. Isso sugere que havia uma preocupação com a venda dos cativos, já que casais escravos não podiam ser vendidos separadamente.

Esta pesquisa cujo sujeito principal é a mulher contribuiu para encontrar as proprietárias de escravos e fazendas de Codó do século XIX. A partir das informações

encontradas nos dois livros eclesiásticos, existem noventa e seis mulheres como donas de escravos e sessenta e uma donas de fazendas, fora aqueles registros que aparecem apenas o sobrenome do casal como proprietário. Algumas dessas mulheres que se destacaram nos registros da paróquia de Codó são: Dona Maria Gertrudes Ferreira da Rocha, Dona Maria Teresa Sardinha Lobão, Dona Senhorinha Rosa da Trindade Cunha, Dona Maria Cecília Baima D'Assis, Dona Ignez Raimunda Ferreira de Sousa e Dona Ifigência Silva Mallafaia e Costa. A presença dessas mulheres significa que elas também tinham poder econômico, visto que eram proprietárias e, conseqüentemente, esse poder significava também um poder social. Porém houve uma dificuldade de coletar informações sobre elas porque, mesmo que sendo mulheres de posse, quando seus nomes eram procurados nos sistemas de busca dos arquivos digitais elas não apareciam. Isso ocorria porque, mesmo exercendo um papel econômico na sociedade, a mulher não era aceita esse espaço.

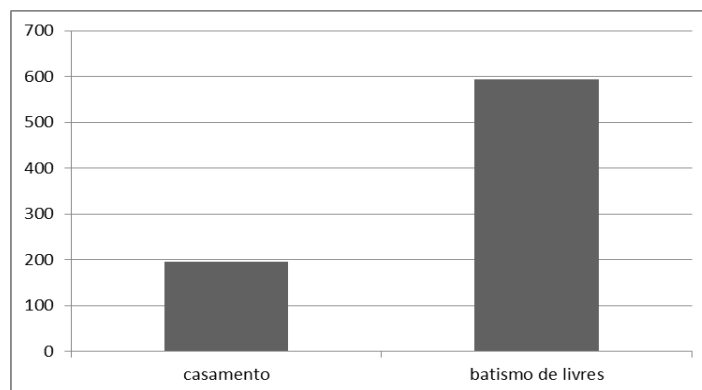
Em meio a essas mulheres, destaca-se Dona Ignez Raimunda Ferreira de Sousa, casada com Luiz Antonio da Silva Lagos (ou Lages), dona da fazenda Nova Luz e de trinta e quatro cativos sendo sete meninos, dez meninas e dezessete mães, aparecendo também como madrinha de casamentos e batismos. A descoberta do nome de seu conjuge aconteceu quando ela aparece junto ao Sr. Antonio Lagos (ou Lages) como padrinhos de casamento e depois ela como madrinha de um filho de escravo, assim como ele também aparece como padrinho de uma batizanda que pertence a ela. Assim, é perceptível a contribuição de Dona Ignez Raimunda para as relações sociais da sociedade codoense do século XIX. Ela é uma senhora com posses, bastante conhecida em Codó ou por ser proprietária ou por ser poderosa. Vem de uma família rica porque tem propriedades em seu nome e não apenas no nome do marido. Não foram encontrados registros dela como mãe ou noiva nos livros analisados e também não sabemos a sua idade.

Nessa tentativa de “dar nomes” a essas mulheres, houve dificuldades, principalmente, em se tratando das cativas, pois como elas não têm sobrenome e há pouquíssimos casamentos, os dados não proporcionaram informações suficientes para encontrar algumas cativas que apareçam com frequência nos registros. Porém, apesar de limitados, os registros trazem informações que levam a questionamentos sobre as relações exercidas dentro do contexto codoense do XIX, o que leva à indagação do porquê das ausências. Quando se compara o livro de batismo ao de casamento, é notório

que se realizava muito mais batismos. Dessa maneira, as relações de concubinato existiam mesmo não sendo oficializados pela igreja.

Gráfico 1

Registros de casamento (1869-1873) e batismo (1871-1876) da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena



Fonte: Acervo da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena

Apesar dessa análise do batismo ser referente somente aos filhos nascidos livres de mães escravas, é possível perceber que apesar de apontar um número grande de batismos, indicando crescimento populacional dos cativos, as relações matrimoniais deles não era uma preocupação do período. A maioria aparece somente com o nome da mãe, indicando que havia outras formações de famílias nucleares, além da patriarcal. Porém, não podemos descartar a hipótese de famílias cativas formadas sem a consagração do matrimônio da igreja, mostrando que a ausência desses escravos nos registros de casamento é um indício da falta de formalização das relações desses indivíduos perante a sociedade.

Eni de Mesquita Samara em *Casamento e papéis familiares em São Paulo no séc XIX* analisa as fontes e conclui que a maioria dos casamentos era uma união entre pessoas ricas e consanguíneas. A explicação é a conveniência de manter as posses entre os membros da mesma família ou o crescimento desses bens com o matrimônio entre famílias abastadas, assim, a igreja passou a não impedir mais a união entre pessoas com laços familiares. Com a informação de Samara (1981) e analisando as fontes codoenses, pode-se entender que esse processo de casamento para famílias de posses também era presente nos registros da paróquia de Codó. Nesse sentido, afirmar, a partir dos dados quantitativos desses matrimônios, que somente cinco casamentos eram de união entre escravos e cento e vinte cinco entre livres sugere que a preocupação de casar os cativos

parece não fazer parte do contexto social desse período. E os casamentos ocorriam entre parentes com posses ou entre as famílias dos grupos mais enriquecidos.

Tabela 1

Casamentos da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena entre 1869 e 1873

Casamentos	Quantidade	Porcentagem
Livres	131	91,6%
Escravos	6	4,2%
Livres e libertas	2	1,4%
Liberta e escravo	1	0,7%
Libertos e escravas	2	1,4%
Liberto e liberta	1	0,7%
Total de casamentos:	143	100%

Fonte: Acervo da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena

A escassez de matrimônio entre cativos pode indicar que a preocupação com a união oficializada estava atribuída, na maioria das vezes, aos que nasceram livres, percebendo a pouca valorização do sacramento entre os escravos, porém existia casamento entre homens livres e mulheres libertas, 1,4% dos registros analisados, liberta e escravo e um liberto e escrava, 0,7% dos registros, mostrando a escassez de enlaces oficializados entre pessoas de diferentes *status* sociais, porém também indica que havia, mesmo que poucas, as uniões entre pessoas libertas e cativas na sociedade codoense. Os registros referentes a indivíduos que estiveram associados à escravidão ou ainda estavam inseridos nela correspondem a 8,4% dos casamentos, o que indica uma quantidade bem inferior aos registros dos livres.

A falta de paternidade nos filhos de cativas também comprova a rara união entre os escravos, visto que, poucas vezes os pais são registrados. Em meio a essas relações familiares que vão além do matrimônio sacramentado pela igreja, encontra-se nos registros famílias formadas somente pelas mães e filhos, sem o pai, o que era comum nos batismos dos nascidos de mãe escravas. A partir das análises sobre a falta de paternidade dessas crianças, leva-nos a reformular hipóteses. A ausência da paternidade é algo significativo, visto que é inexistente a presença de filhos ilegítimos e os legítimos correspondem a 1,51% dos batismos. Isso sugere uma desvalorização da família e da mulher cativa porque, mesmo sem o matrimônio, os homens das uniões em concubinato não assumiam a paternidade de seus filhos, deixando à cativa a responsabilidade de

criação da criança. No caso das mulheres livres e com posses, a legitimação dos filhos garante a comunicação da herança e a manutenção das propriedades nas famílias.

A ausência de paternidade dos filhos livres de cativas é um atrativo para questionar as relações desses indivíduos. Ao que parece, os laços dos escravos não era de interesse dos senhores e senhoras, mas para a pesquisa entender o significado dessas formações de família e em que medida elas geravam complicações para as mulheres negras é de grande interesse. A necessidade de batismo era mais relevante que a do casamento em virtude de que ele também servia como certidão de nascimento e, no caso dos escravos, constava o nome do dono ou dona, o que garantia a propriedade do cativo.

A presença de mulheres escravas e libertas é pouca em relação a de mulheres livres no livro de casamentos. A ausência das negras nos registros leva-se a refletir sobre a bibliografia que analisa a mulher branca rica criada para casar e ter sua vida no lar, em detrimento às mulheres negras escravas como reprodutoras e limitadas ao trabalho escravizado, sem a necessidade de construir um lar.¹² A escrava marginalizada e esquecida como ser social via no casamento uma fuga da dura realidade da escravatura. Notando a pouca presença da mulher negra no matrimônio oficial, é pertinente dizer quem são elas, pois diferente da mulher branca que recebia a educação sobre o casamento e o lar, as cativas tinham isso negado a elas.

Os dados indicam que presença de mulheres cativas no livro de registro de casamento é escassa em relação às mulheres livres e o aparecimento de pais escravos casando suas filhas ainda era mais remoto. Foi encontrado somente um casal de cativos com as mães de nubentes (Registro nº 41). Nenhuma noiva escrava entre os anos analisados apareceu com os pais, três noivas casaram-se com somente a mãe aparecendo no registro, enquanto nenhuma aparece o pai. Três casamentos de escravos não aparecem os pais; e um casamento entre libertos sem a presença dos pais.

Em 1869, aconteceram os matrimônios de cinco cativas. Entre os poucos casamentos de escravos, a ausência dos pais dos nubentes era quase total, sendo somente um casal com a presença dos pais mostrando a invisibilidade da família de escravos perante a igreja. Analisando a sociedade codoense a partir dos livros de registro, observa-se a raridade do núcleo familiar cativo, porém com os dados de batismo de filhos de escravas pode-se perceber que as relações sociais faziam parte da vida dos cativos.

¹²Elizabeth Abrantes; Cleide Cerdeira; Vilmara Rodrigues e etc.

Dos cinco casamentos de escravos analisados, o primeiro, da escrava Aubilina, cativa de Josuína Pereira da Costa, com o africano liberto Sebastião, ex-escravo de José Ferreira. Consta apenas o nome da mãe da noiva, já falecida. O casamento ocorreu na casa de João Pereira da Costa, provavelmente, marido ou irmão da proprietária da cativa. No mesmo dia e local, foi realizado o casamento dos escravos Luzia e Amancio. Ele era filho dos cativos Clemente e Cláudia e não possível identificar o nome da mãe da noiva, mas consta como já era falecida. Esse é o único registro de um nubente escravo masculino legítimo, que aparece com pai e mãe. Dessa forma, devemos refletir sobre o quão significativo foi para essa família cativa a realização do matrimônio de seu filho registrado, indicando a anuência institucional de uma família de cativos.

Os outros três registros são dos cativos: Marcela e Manoel, Viriato e Francellina e Raimundo e Aniceta. Neles não apareceram os nomes dos pais, mas os dois primeiros casais são escravos de D. Maria de Aguiar Cantanhede e o último de João José Moraes. Michele Lopes afirma que os donos de cativos viam vantagens em casar seus escravos, pois com a união eles dificilmente fugiriam. Para ela, os escravos também animados com a formação familiar se dedicavam mais ao trabalho. Porém, caso fosse de desejo dos cativos se casar e o senhorio negasse a união, pois ela só poderia ser feita com a permissão do seu proprietário, eles trabalhariam menos por estarem insatisfeitos. Dessa maneira, o casamento também é uma resistência e em outros momentos um meio de manter os escravos nas fazendas, pois com o casamento, diminui-se as fugas. Nesse sentido, sugere-se que a proprietária Dona Maria Cantanhede tenha estimulado ou apenas corroborado com a união dos casais. A permissão foi dada, já que o sacramento foi ministrado.

Com a presença dos nomes das mães nos registros temos o casal, Joana, cativa, e Raimundo Assunção, liberto. Suas mães, respectivamente, Mariana e Cordelina, eram cativas de diferentes donos. Ainda no ano de 1869, há duas escravas mães naturais de nubentes libertos: Raimunda e Ursula. O fato das mães aparecerem nos registros das filhas e dos filhos nubentes sugere a existência de famílias consolidadas, mas fora dos padrões patriarcais. O registro das mães pode indicar a presença da figura materna durante a vida infanto-juvenil desses(as) cativos(as) e isso pode significar uma forma de resistência e de convívio social e familiar presente no sistema escravista codoense.

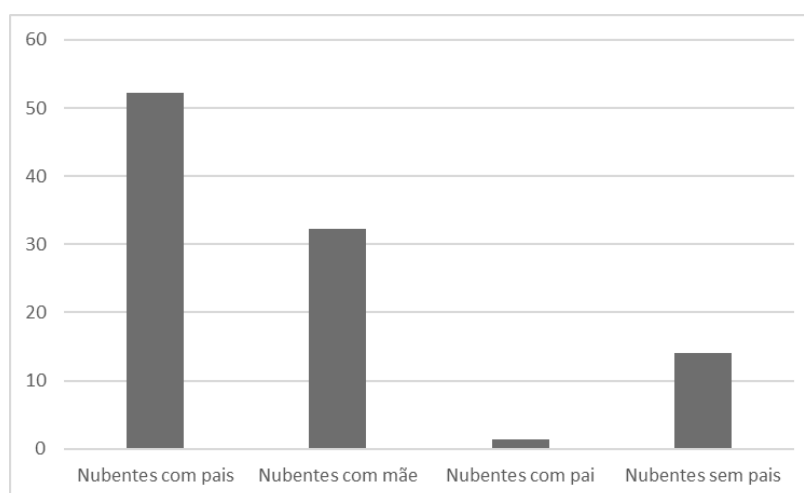
No ano de 1871, o matrimônio dos cativos Manoel e Ludovina tem como madrinha, testemunha, uma escrava de nome Mariqueta e, no mesmo ano, o casal Clementina e Delmira tem como uma das testemunhas a cativa Lídia. E, em 1872,

aparecem também duas escravas como testemunhas, Maria e Agostinha, do casamento Eusébio e Genoveva. Isso indica as relações dos cativos para além da consanguinidade, sugerindo que eles vivenciavam laços sociais entre eles. É importante ressaltar que nos anos analisados não foram encontrados os filhos desses casais no livro de batismo.¹³

As únicas libertas a se casarem estão registradas no ano de 1869, eram elas Cecília Joana Ferreira e Biliana Rosa Tavares. A primeira contrai matrimônio com um homem livre e a segunda com um africano liberto. Cecília é filha de uma cativa, mas seu pai é livre. Isso indica que elas escolheram ou tiveram seus cônjuges escolhidos fora do cativeiro. Enquanto as mulheres escravas não eram criadas para o casamento, como eram as mulheres livres, em especial, as de famílias abastadas, uma mulher liberta precisa se inserir na sociedade. E é a partir do matrimônio que ele alcança esse objetivo. Cecília e Biliana são exemplos disso, mulheres que se casam e conquistam um *status* social.

Nos registros de casamento, foi observado uma presença feminina superior à masculina, em se tratando dos pais das noivas, já que as mães aparecem com os maridos ou sozinhas. Há alguns casos de aparição apenas do pai, mas a quantidade é pequena. No gráfico abaixo, observa-se a porcentagem dos pais de nubentes.

Gráfico 2
Porcentagem dos pais de nubentes



Fonte: Acervo da Igreja Matriz de Santa Rita e Santa Filomena

É notória e marcante a presença feminina na contribuição dos laços de casamento, pois a maioria dos matrimônios acontecia entre nubentes com ambos os pais, com

¹³ Essa é uma pesquisa a ser realizada no futuro, em um possível programa de mestrado.

52,3% dos noivos(as), porém a presença das mães solteiras é significativa, com 32,3%, principalmente, em se tratando de escravos. A presença materna acontece em 84,6% dos registros dos nubentes. Isso implica na legitimação pela Igreja da mulher como responsável pelos filhos. No século XIX, a Igreja exercia um poder significativo na sociedade e o fato da instituição religiosa reconhecer em seus registros sacramentais as mães indica dois comportamentos associados à figura feminina. O primeiro é a submissão, já que a mulher ficava sobrecarregada com a missão de assumir os filhos sozinha, em detrimento da responsabilidade dos homens, mesmo estando com os maridos, os filhos ficavam a cargo dela. O segundo é a viabilidade do poder feminino de criar e formar os indivíduos a partir da educação dos filhos, já que os ensinamentos eram passados por elas. Isso trazia consequências nas regras sociais porque, como os ensinamentos eram passados da mãe para os filhos no ambiente familiar, o da casa, quando esses filhos chegavam à sociedade, na vida adulta, eles reproduziam, em geral, o que as mães ensinaram. Mary Del Priore (2009) analisa a exaltação da maternidade, indicando que ser mãe em alguns momentos representava submissão, por outro lado e ao mesmo tempo, a mulher enquanto mãe era valorizada e santificada. Nos registros de casamento analisados, pode-se observar que ser mãe é muito mais significativo que ser pai.

A presença do pai nos registros de batismos dos filhos de cativas é pequena, são nove casais e não há registros de pais sozinhos, correspondendo a 1,52% dos registros. Isso mostra a presença quase unânime das mães cativas. Foi observado que esses casais encontrados no livro de batismo não aparecem no de casamento, mostrando as poucas aparições das relações dos cativos nos livros de casamentos. Em meio a essas mães cativas de filhos e filhas naturais tentou-se achar aquelas que apareciam com mais de um filho batizando, porém como não há o sobrenome, foram utilizados os nomes dos proprietários da cativa, a fazenda e o ano em que as crianças haviam nascido. Assim, foram encontradas algumas cativas como Margarida, mãe de duas meninas gêmeas Guilhermina e Helena, de propriedade de Fábio Palhano. A esposa dele, Luiza Benigna de Carvalho Palhano, aparece somente como madrinha de duas crianças pertencentes também a ele e duas vezes no livro de casamento como pais dos nubentes.

Encontrar essas mulheres nos registros é mostrar o quão significativa é a figura feminina para a história, principalmente, a local – são indivíduos invisibilizados historicamente. Assim, tornar visíveis essas mulheres salienta a necessidade de mencioná-las e ressaltar as lacunas ainda existentes. Esse estudo serve para compreender

que as ausências na história são consequências de um momento cultural, social e político. Nesse sentido, mesmo com toda a contribuição social que a figura feminina teve, o espaço deixado para elas era o esquecimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A frase de Safo de Lesbos, utilizada como o epígrafe deste trabalho, “*Os aseguro que alguien se acordará de nosotras en ele futuro*”¹⁴, as mulheres encontradas nos livros de casamento e batismo aqui estudados estão sendo lembradas e mencionadas, mesmo com todas as limitações já mencionadas dessas fontes, as mulheres são o fundamental elemento dessa pesquisa e da sociedade codoense.

Analisando as fontes de batismo e casamento pode-se perceber alguns aspectos da sociedade codoense, como a realização do casamento majoritariamente por pessoas de famílias abastadas, indicando que o matrimônio sacramentado pela igreja fazia parte dos interesses dos grupos de maior poder aquisitivo. Observa-se, também, que a formação familiar de escravos independia da sacramentalização, ao contrário do que ocorria com os grupos mais abastados da sociedade codoense. Ao que parece, a reocupação em manter o cativo tranquilo e os cativos longes das fugas, já que poucos casamentos aconteciam entre os cativos. E isso pode sugerir que os senhores de cativos de Codó preocupavam-se com a possível venda dos escravos, diferente de outros lugares que o casamento de escravos era de comprometimento do senhor para manter plantel tranquilo e sem fugas. Já os registros de batismo dos cativos na sociedade codoense eram em maior número porque informavam institucionalmente a quem eles pertenciam, assegurando a propriedade dos escravos e dando manutenção ao sistema escravista.

Sem o casamento uma família escrava não legitimada pela igreja facilmente poderia ser separada e vendida. Ao imaginar quais os empecilhos para os casais manterem seus laços, e as dificuldades das mães solteiras escravas. As mulheres escravas ainda ocupavam o lugar de procriar e todas as condições que a escravidão trazia.

Entendendo também que assim como outros lugares e perfis sociais de mulheres escravas, as cativas de Codó eram importantes somente para os interesses de crescimento dos bens dos senhores e senhoras, visto que a maioria não casava e aparecia apenas como mãe solteira. Servindo também para denotar o lugar da mulher negra e da mulher branca, as que casavam eram em sua maioria perfis femininos de família com posses, certamente educadas para o cuidado da prole e da casa. Assim o casamento

¹⁴ Trad. "Eu asseguro que alguém se lembrará de nós no futuro"

sacramentado também era uma forma de resistência das mulheres cativas. Assegurando a união da prole e mantendo relações que tornariam o cativo um lugar menos difícil

Em relação ao casamento de pessoas abastadas, os dados também mostram que a instituição servia para a manutenção dos bens, principalmente pelo casamento com parentes, a fim de manter as posses entre familiares.

A mulher, seja ela branca ou negra, faz parte dos laços oficializados pela Igreja, exercendo um papel fundamental nas relações sociais, não só como noivas, mas como mães, indicando pelos dados quantitativos que as mulheres eram o sujeito mais importante nessas relações. Isso demonstra que a ausência do homem nos registros aumenta a autonomia da mulher no núcleo familiar, deixando a ela as decisões e escolhas sobre sua prole.

As análises e leituras sobre as mulheres trazem indagações maiores que respostas. As perguntas sobre elas e suas relações remetem às resistências femininas que aconteciam na sociedade escravocrata codoense ou às variáveis que existiam no universo feminino, ficando para futuras pesquisas a proposta de descobrir as incertezas de um período em que o sujeito que ditava as regras não era uma mulher, mas sem as mulheres pouco podia ser feito naquela sociedade.

Com as informações encontradas nos registros da igreja, pode-se perceber que a mulher codoense que aparecia socialmente são mulheres livres, de posses, vindas de famílias abastadas. O que indica que para a mulher escrava, o cativo era o único lugar ocupado por elas e sua representativa por meio do batismo era de interesse de outrem. Para as mulheres libertas, o cativo é o espaço de onde elas vieram e negam, tentando afasta-lo por meio de casamentos com libertos ou livres.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. *A educação feminina em São Luís – Século XIX*. COSTA, Wagner Cabral (org), **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: Edufma, 2004. P-143-174.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BRASIL. **Lei n° 2.040**, de 28 de setembro de 1871. Conhecida como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco.

BRASIL. **Lei n.º 3.270**, de 28 de setembro de 1885. Conhecida como Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotejipe.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha Cavalcante. SAMPAIO, Patrícia Melo Sampaio. **HISTÓRIAS DE JOAQUINAS: MULHERES, ESCRAVIDÃO E LIBERDADE (BRASIL, AMAZONAS: SÉC. XIX)**. Afro-Ásia, 2012. p. 97-12.

CERDEIRA, Cleide Maria Bocado. **Os primórdios da inserção Sociocultural da mulher brasileira**. X Encontro Latino-Americano de Comunicação Social. Os primórdios da inserção cultural da mulher brasileira, 2000.

CUNHA, Maísa Faleiros. **Famílias escravas no norte paulista, século XIX**. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu. 2010.

FACINA, Adriana. SOIHET, Rachel. *Gênero e Memória: algumas reflexões*. Texto publicado em **GÊNERO. Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG** V.2-N. 1. Niterói: EdUFF, 2000, p. 7-30.

BACELLAR Carlos de Almeida Prado. SCOTT, Ana Silvia Volpi. BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Quarenta anos de demografia histórica**. São Paulo. 2005. p. 339 – 350.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo. Editora UNESP. 2009.

DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: A paixão do Imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2008.

DEL PRIORE, Mary. **Conversas e História de Mulher**. São Paulo: Planeta. 2003.

DEL PRIORE, Mary. *Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino*. DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 78-114.

DEL PRIORE, Mary. **O castelo de Papel: Uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, Conde d`**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

DUBY, Georges. **As damas do século XII**. São Paulo: Schwarcz, 1996.

GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887**. São Paulo. 2006.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das letras. 2005.

LOPES, Michele Soares. *Sob as bênçãos da igreja: casamentos de escravos no Sertão Seridoense*. **XXVII Simpósio nacional de história**. Natal, 2013

MELLO, Marcelo Pereira. **A casa de detenção da corte e o perfil das mulheres presas no Brasil durante o século XIX**. Niterói. 2001. p. 31-48.

MOTTA, José Flávio. *A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia*. **IX Encontro de Estudos Populacionais**. Caxambu. 1994. p. 133 – 147.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. **As mulheres na Historiografia brasileira**. Cultura histórica em debate. São Paulo: UNESP. 1995. p. 81-91.

RAGO, Margareth. **EPISTEMOLOGIA FEMINISTA, GÊNERO E HISTÓRIA.** Pedro, Joana; Grossi, Miriam orgs.- MASCULINO, FEMININO, PLURAL. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998. p. 1-17.

RODRIGUES, Vilmaria Lucia. *Negras Senhoras: O universo material das mulheres africanas forras.* **Anais do I Colóquio do Lahes.** Juiz de Fora. 2005.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Casamento e papéis familiares em São Paulo no séc. XIX.** São Paulo. 1981. p. 17-25.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. **Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil.** Vitória da Conquista: Politeia: Hist.. e Soc. 2008. p. 223-231.

SUANNO, Francesco Neto. Família, demografia e mulheres: diálogo entre campos históricos. **Revista Ágora.** Vitória. 2015. p. 231-248.

TUPY, Ismênia Silveira. *A Demografia Histórica e o Estudo da Condição Feminina no Brasil: Uma Análise Preliminar das Contribuições da ABEP.* **Anais / XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP.** Caxambu, 2000. Disponível: <www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1044/1009> Acesso: 30 de setembro de 2016.

Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, 2000. Disponível: <www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1044/1009> Acesso: 30 de setembro de 2016.

VAINFAS, Ronaldo. *Homoerotismo feminino e o Santo Ofício.* DEL PRIORE, Mary(org). **História das Mulheres no Brasil.** 9 ed. São Paulo: Contexto. 2007. p. 115-140.

ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto Gomes. **Bruxas: figuras de poder.** Estudos Feministas, Florianópolis. 2005. p. 331-341

ANEXO

Ficha de batismo:

Autor da ficha	Nome							Nº do registro			
	Condição:	Legítimo		Ilegítimo		Natural		Cativo		Livre	
	Local			Data:	Batismo			Nascimento			
	Pai								L	C	
	Mãe								L	C	
	Padrinho								L	C	
	Madrinha								L	C	
	Proprietários	Fazenda									
	Cativos										
	Vigário										

Ficha de casamento:

Nome dos noivos				nº
Local			Data	
Testemunhas				
Pais do noivo				
Pais da noiva				
Naturalidade Noivo				
Naturalidade Noiva				
Vigário				